

RECURSO ESPECIAL Nº 1.757.385 - SC (2018/0199026-5)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN

RECORRENTE : MARCELO DONIZET PANIZZI

ADVOGADOS : MARCOS GROKOSKI - SC031451

RAFAEL ZANARDO TAGLIARI - SC037207

RECORRIDO : ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORE : CÉLIA IRACI DA CUNHA - SC022774

S

INTERES. : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
: COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS DOS
ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADO : ULISSES SCHWARZ VIANA - MS005343

DECISÃO

Cuida-se de Petição da União, requerendo o ingresso no presente feito na condição de *amicus curiae*, com fundamento no art. 138 do CPC/2015.

É o **relatório**.

Decide-se.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 20.11.2019.

Foi realizada a afetação do presente Recurso Especial como representativo da controvérsia para que a Primeira Seção estabeleça a tese jurídica sobre a "definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, se de 15 anos, previsto no caput do art. 1.238 do CC, ou de 10 anos, nos termos do parágrafo único".

A questão submetida a julgamento é de suma relevância administrativa, social e econômica para os Entes Federados.

O art. 138 do CPC/2019 viabiliza a participação do "amigo da corte" em se tratando de questões cuja relevância da matéria transpõe a fronteira dos interesses meramente individuais.

A reiterada jurisprudência do STJ entende que o *amicus curiae* atua, no processo, como um colaborador da justiça, de modo que sua participação proporciona subsídios com vistas a contribuir para escorreita decisão a ser tomada pelo Tribunal.

Veja-se:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO COMO AMICUS CURIAE

[.1 1. O *amicus curiae* atua, no processo, como um verdadeiro colaborador da justiça, cuja intervenção se justifica na necessidade de se abrir o diálogo jurídico à sociedade, haja vista a existência

Superior Tribunal de Justiça

de questões que ultrapassam os interesses meramente das partes.

(EAREsp 1.311.636/MS, ReI, Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 26/4/2019)

É o caso da União, haja vista ser terceiro com interesse institucional e representatividade adequada, na medida em que a controvérsia debatida no tema 1.019 influenciará na defesa da Fazenda nos presentes e futuros processos de desapropriações indiretas, daí decorrendo seu interesse de ingresso no incidente.

Assim, a participação da União como *amici curiae* propiciará uma decisão mais equânime, em que serão ouvidos e sopesados todos os elementos argumentativos possíveis, sendo que a tutela proporcionada no caso específico prevenirá a propositura de inúmeras ações em casos semelhantes em todo o território brasileiro.

Pelo exposto, **defere-se o ingresso da União como *amicus curiae*, no feito em discepção.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator